

Orgânica da Polícia Civil do Pará (Lei Complementar nº 022/94, e alterações);

**2.2. DIREITO CONSTITUCIONAL.** 1 Direito Constitucional: natureza; conceito e objeto; perspectiva sociológica; perspectiva política; perspectiva jurídica; fontes formais; concepção positiva. 2 Constituição: sentido sociológico; sentido político; sentido jurídico; conceito, objetos e elementos. 2.1 Classificações das constituições: constituição material e constituição formal; constituição-garantia e constituição-dirigente; normas constitucionais. 3 Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição. 4 Controle de constitucionalidade: conceito; sistemas de controle de constitucionalidade. 4.1 Inconstitucionalidade: inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão. 4.2 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. 5 Fundamentos constitucionais dos direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; remédios do Direito Constitucional. 6 Proteção judicial dos direitos fundamentais, direito de petição e direito de informação 7 Direitos humanos, tratados internacionais de proteção aos direitos humanos e repercussão no Direito brasileiro. 8 Organização do Estado brasileiro, princípios, federalismo brasileiro, organização político administrativo da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. 9 Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência. Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência. 10 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos. 11 Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de governo; atribuições e responsabilidades do presidente da República. 12 Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados; funções essenciais à justiça. 13 Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública. 14 Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso.

**2.3. DIREITO PENAL.** 1 Princípios constitucionais do Direito Penal. 2 A lei penal no tempo. 3 A lei penal no espaço. 4 Interpretação da lei penal. 5 Infração penal: elementos, espécies, tentativa. 6 Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal. 7 Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. 8 Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. 9 Erro de tipo; erro de proibição. 10 Imputabilidade penal. 11 Concurso de pessoas. 12 Concurso de crimes. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. 13 Crimes contra a pessoa. 14 Crimes contra o patrimônio. 15 Crimes contra o sentimento religioso. 16 Crimes contra a dignidade sexual. 17 Crimes contra a família. 18 Crimes contra a incolumidade pública. 19 Crimes contra a paz pública. 20 Crimes contra a fé pública. 21 Crimes contra a administração pública. 22 Penas: teoria da pena, penas restritivas de direito, penas privativas de liberdade.

**2.4. DIREITO PROCESSUAL PENAL.** 1 Princípios do processo penal. 2. Aplicação da lei processual no espaço, no tempo e imunidades. 3 Inquérito policial; *notitia criminis*. 4 Arquivamento do inquérito policial. 5 Ação penal; espécies. 6 Jurisdição; competência. 7 Prova. 8 Da Prisão, das medidas cautelares e da prisão em flagrante (com as alterações da Lei 12.403/11). Espécies. Prazos. Prisão preventiva e Prisão domiciliar. 9 Prisão temporária (Lei n.º 7.960/89). 10 Liberdade provisória com ou sem fiança. 11 Questões e processos incidentes. 12 Restituição das coisas apreendidas. 13 Medidas assecuratórias. 14 Incidente de falsidade. 15 Insanidade mental do acusado. 16 Prova. Disposições gerais. Corpo de delito e perícias em geral. Interrogatório do acusado. Confissão. Ofendido. Testemunhas. Reconhecimento de coisas e pessoas. Acareação. Documentos e indícios. Busca e apreensão. 17 Do acusado e seu defensor. 18 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 19 Processo Comum. Defesa preliminar, recebimento da denúncia, citação, intimação, carta precatória, sentença (com as alterações da Lei nº 11.719/2008). 20 Procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri (com as alterações da Lei nº 11.689/08). 21 Causas de extinção da punibilidade. 22 *Habeas corpus*.

**2.5. LEGISLAÇÃO ESPECIAL.** 1 Lei Complementar nº 022/1994 e suas alterações (Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Pará). 2 Tráfico ilícito e uso de substâncias entorpecentes. (Lei nº 11.343/2006). 3 Identificação criminal (Lei nº 12.037/2009). 4 Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/1996). 5 Crime organizado (Lei nº 9.034/95 e suas alterações). 6 Proteção à testemunha e delação premiada (Lei nº 9.807/99). 7 O crime de tortura na lei brasileira (Lei nº 9.455/97. 8 Registro, posse e comercialização de armas e o Sistema Nacional de Armas (Lei nº 10.826/03). 9 Proteção de propriedade intelectual de programa de computador (Lei nº 9.609/98). 10 Crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.078/90). 11 Dos crimes contra as crianças e os adolescentes (Lei nº 8.069/90). 12 Dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89). 13 Juizados Especiais Cíveis Criminais. Crimes de pequeno potencial ofensivo. Competência e rito para julgamento dos crimes de pequeno potencial ofensivo (Lei nº 9.099/95). 14 Lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei nº 9.613/98).

15 Direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa, civil e penal, nos casos de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65). 16 Crimes cometidos na condução de veículo automotor. Ação penal. Processo. Penas. (Lei nº 9.503/97 com as alterações da Lei nº 11.705/2008). 17 Violência doméstica (Lei nº 11.340/2006). 18 Execução penal. Regimes de cumprimento de pena. Progressão, regressão e incidentes da execução penal. Direitos e deveres do preso. Regime disciplinar diferenciado. 19 Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/98). 20 Estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003). 21 Crimes contra o sistema financeiro nacional. Competência (Lei nº 7.492/86). 22 Sigilo financeiro (Lei Complementar nº 105/2001). 23 Apresentação e uso de documento de identificação criminal (Lei nº 5.553/68). 24 Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica. Garantias Penais e Processuais Penais. 25 Crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores. Competência (Decreto-Lei nº 201/67). 26 Lei de Licitações. Crimes, processo e procedimento judicial. Competência (Lei nº 8.666/93). 27 Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90 e suas alterações).

**2.6. DIREITO CIVIL.** 1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade. Dos direitos da personalidade. Da ausência. 3. Das pessoas jurídicas. Disposições gerais. Das associações. Das fundações. 4. Do domicílio. 5. Dos bens. Das diferentes classes de bens. Dos bens considerados em si mesmos. Dos bens reciprocamente considerados. Dos bens públicos. 6. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Disposições gerais. Da representação. Da condição, do termo e do encargo. Dos defeitos do negócio jurídico. Da invalidade do negócio jurídico. 7. Dos atos jurídicos lícitos. 8. Dos atos ilícitos. 9. Da prescrição e da decadência. 10. Da prova. 11. Do direito das obrigações. Das modalidades das obrigações. Das obrigações de dar. Das obrigações de fazer. Das obrigações de não fazer. Das obrigações alternativas. Das obrigações divisíveis e indivisíveis. Das obrigações solidárias. 12. Dos contratos em geral. Disposições gerais. Da extinção do contrato. 13. Da responsabilidade civil. Da obrigação de indenizar. Da indenização. 14. Do direito das coisas. Da posse. Da posse e sua classificação. Da aquisição da posse. Dos efeitos da posse. Da perda da posse. 15. Dos direitos reais. Disposições gerais. 16. Da propriedade. Da propriedade em geral. Da aquisição da propriedade imóvel. Da aquisição da propriedade móvel. Da perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio geral. Do condomínio edilício. Da propriedade resolúvel. Da propriedade fiduciária. 17. Do bem de família (Lei 8.009/90).

**2.7. DIREITO PROCESSUAL CIVIL.** 1 Jurisdição, competência, critérios determinativos da competência, capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo, capacidade postulatória do litisconsorte da assistência, da intervenção de terceiros, da nomeação à autoria, da denunciação à lide, do chamamento ao processo. 2 Processo e procedimento. 3 Procedimento ordinário e sumaríssimo. 4 Citação, notificação, intimações, defesa do réu, espécies de defesa, das exceções, da contestação, da reconvenção, da prova, ônus da prova, dos recursos e suas espécies, da ação rescisória. 5 O juiz, o Ministério Público, a autoridade policial, o defensor.

**2.8. NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO:** 1. Tributo: conceito e classificação. 2. Limitações constitucionais do poder de tributar. 3. Tributos de competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 4. Obrigação tributária principal e acessória. 5. Fato gerador da obrigação tributária. 6. Sujeição ativa e passiva. 7. Capacidade tributária. 8. Domicílio tributário. 9. Crédito tributário: conceito e constituição. 10. Lançamento: conceito e modalidades de lançamento. 11. Hipóteses de alteração do lançamento. 12. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. 13. Extinção do crédito tributário e suas modalidades. 14. Exclusão do crédito tributário e suas modalidades. 15. Administração tributária: fiscalização; dívida ativa; certidão negativa.

**2.9. NOÇÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO:** 1. Seguridade social: Conceituação, Organização e princípios constitucionais. 2. Regime Geral de Previdência Social: 3. Segurados obrigatórios; Conceito, características e abrangência: empregado, doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial; 4. Segurado facultativo: conceito, características; 5. Trabalhadores excluídos do Regime Geral. 6. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário. 7. Financiamento da seguridade social: 8. Receitas da União; 9. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de concursos de prognósticos, receitas de outras fontes; 10. Salário-de-contribuição: Conceito; Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes; Proporcionalidade. Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social: 11. Obrigações da empresa e demais contribuintes; 12. Prazo de recolhimento; 13. Recolhimento fora do prazo: juros, multa; 14. Obrigações acessórias. 15. Retenção e Responsabilidade solidária: conceitos, natureza jurídica e características. 16. Reembolso de pagamento.

**2.10. NOÇÕES DE DIREITO EMPRESARIAL:** 1. Do Direito de Empresa: Do conceito de Empresa; 2. Do Empresário; 3. Da caracterização e da inscrição; 4. Da capacidade; 5. Da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada. 6. Da Sociedade: Disposições gerais; 7. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades; 8. Do Estabelecimento: Disposições gerais. 9. Do registro: Do nome empresarial; 10. Do Microempreendedor Individual, Da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; 11. Dos Contratos Empresariais; 12. Dos Títulos de Crédito. 13. Das Sociedades por Ações:

Lei 6.404/1976; 14. Do Sistema Financeiro Nacional: Lei 4.595/1964; 15. Da Propriedade Intelectual: Das Patentes; Dos Desenhos Industriais; Das Marcas; Das Indicações Geográficas; 16. Dos Crimes contra a Propriedade Industrial.

**2.11. NOÇÕES DE DIREITO AMBIENTAL:** 1. Disposições constitucionais de proteção ao meio ambiente (Constituição Federal, art. 225):. 2. Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; 3. Competências legislativas relacionadas ao Direito Ambiental. 4. Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81 e alterações posteriores); 5. Do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: estrutura e competências administrativas; 6. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. 7. Licenciamento Ambiental: Normas gerais; Resoluções CONAMA n. 1/86 e 237/97; Exigibilidade de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). 8. Proteção da vegetação. 9. Concessão Florestal (Lei nº 11.284/06). 10. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/00). 11. Proteção das águas. 12. Lei de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/97). 13. Padrões de qualidade das águas. 14. Responsabilidade ambiental. Responsabilidade civil por dano ambiental no direito brasileiro. 15. Crimes ambientais (Lei nº 9.605/98 e alterações posteriores). 16. Infrações administrativas (Decreto nº 6.514/2008 e alterações posteriores).

## ANEXO II

### FORMULÁRIO DE RECURSOS

#### FORMULÁRIO PARA RECURSO – FOLHA DE ROSTO

À Banca Examinadora,  
Venho, por meio deste, interpor recurso contra ....., aplicada em ...../...../....., de acordo com a(s) razão (ões) constante (s) na (s) folha (s) seguintes (s).  
Número da inscrição: .....  
Candidato(a):.....  
CPF:.....  
RG:.....  
Cargo:.....  
Endereço:.....  
Telefone:.....  
E.mail:.....  
Local e data: .....

#### Observações:

- 1) Todos os campos de identificação constantes da folha de rosto deverão ser preenchidos.
- 2) Especificar o fato motivador do recurso de forma sucinta e clara, em campo próprio, sem nenhum sinal identificador (nome, nº de inscrição, etc.).
- 3) Admitir-se-á um único recurso por candidato e de forma individualizada, ou seja, um recurso para cada evento que lhe der origem.
- 4) Cada recurso deverá ser apresentado em um formulário.
- 5) O recurso deverá estar digitado, não sendo aceito recurso interposto por fac-símile (fax), telegrama ou outro meio não especificado neste Edital.
- 6) O Recurso deverá ser encaminhado em arquivo .doc (word).
- 6) Será indeferido o recurso que: não estiver digitado; estiver identificado em outro lugar que não específico; seja igual ao recurso de outro candidato.
- 7) O recurso deverá ser enviado pela *internet*, através de e-mail, no endereço eletrônico [recursos.policiaivilpa@msconcursos.com.br](mailto:recursos.policiaivilpa@msconcursos.com.br).
- 8) O candidato que tiver seu recurso indeferido e desejar obter a resposta, poderá enviar a solicitação para [recursos.policiaivilpa@msconcursos.com.br](mailto:recursos.policiaivilpa@msconcursos.com.br). A resposta será encaminhada unicamente para o endereço eletrônico constante na ficha de inscrição do candidato.

#### FORMULÁRIO PARA RECURSO – RAZÕES DE RECURSO

Cargo: .....  
Número da Questão:.....  
Fundamentação e/ou embasamento legal, com as devidas razões do recurso:

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA ESPECIAL DE ESTADO DE GESTÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD**  
**CONCURSO PÚBLICO C-161 PARA PROVIMENTO DE**  
**CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR DAS CARREIRAS**  
**POLICIAIS DE**  
**INVESTIGADOR DE POLÍCIA CIVIL – IPC E DE ESCRIVÃO**  
**DE POLÍCIA CIVIL – EPC**  
**EDITAL Nº 01/2012 – SEAD/PCPA, 18 DE JUNHO DE**  
**2012.**

A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD/PA, em conjunto com a POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ – PCPA, torna pública a realização de Concurso Público para provimento de vagas em cargos de nível superior das Carreiras Policiais de Investigador de Polícia Civil – IPC e de Escrivão de Polícia Civil – EPC, observadas as disposições constitucionais referentes ao assunto e de acordo com os termos da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994, Regimento Interno da Polícia Civil do Pará (homologado pelo Decreto nº 2690 de 18 de Dezembro de 2006) e da ACADEPOL (homologado pelo Decreto Governamental nº 190 de 23 de Maio de 2007) e Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 (Regime Jurídico Único do Estado do Pará) e suas alterações, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, bem como pelos diplomas legais citados em seu caput.